

Boletim Evoliano

Uma única coisa deve importar ao Homem: permanecer de pé entre as ruínas.

Também
neste número:

Evola:
homem de
acção

Ordem vs.
Partido

O fim da
acção
política
tradicional

Acerca da
Fidelidade

Meditações
na Cartuxa

#02
SET. - DEZ. '07



A doutrina das Quatro Idades

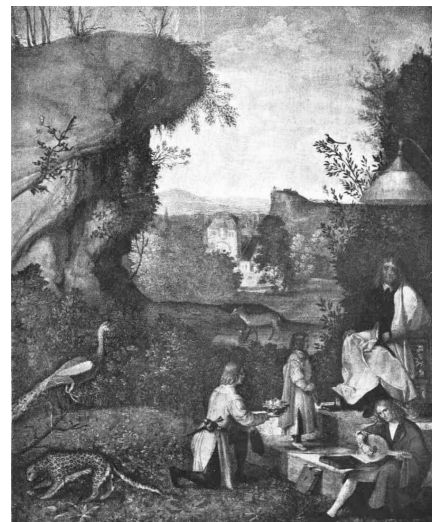
Editorial

Continuamos o nosso labor

1 Mais um quadrimestre, mais um número do Boletim Evoliano. Continuamos assim, talvez não com a regularidade desejada*, o nosso labor de divulgação da obra de Julius Evola. Apenas uma ínfima parte da obra de Evola se encontra traduzida em português, mas, felizmente, entre as suas poucas obras traduzidas no nosso idioma podemos encontrar o seu magnum opus «Revolta contra o Mundo Moderno» - e é precisamente um texto extraído desse volume o tema de capa deste número. Conhecer e compreender a “doutrina das quatro idades” é fundamental para compreender todo o edifício do pensamento Tradicional - nela se explicita a ideia de decadência e involução espiritual que o homem tem sofrido desde a “Idade de Ouro”, ideia essa presente em praticamente todas (se não mesmo em todas!) as tradições. Tendo partido de um estado original superior, transcendente, o homem tem regredido, tem-se degradado espiritualmente, até atingir um estado tal de decadência na actualidade, que se torna praticamente impossível negá-la! A este propósito, a leitura do texto “Sobre a «Idade Obscura»” (também extraído de «Revolta contra o Mundo Moderno»), que acompanha o texto “A Doutrina das Quatro Idades”, é esclarecedora. Perante a clarividência de tal texto, que descreve tão perfeitamente a situação actual, somos forçados a concluir que a sabedoria tradicional é de facto perene.

2 Queremos também aproveitar este editorial para agradecer ao amigo e camarada Eduard Alcântara pelos dois excelentes textos que nos remeteu: “Julius Evola: Homem de Acção” e “Ordem vs. Partido”. O primeiro, por explorar uma faceta menos conhecida da vida de Evola, e o segundo, por lançar a reflexão sobre o que poderá ser uma Ordem, e qual o seu papel, neste mundo moderno.

3 Resta-nos referir os dois últimos textos deste Boletim: “O Fim da Acção Política Tradicional” e “Ave Solis Invicti”. O primeiro, não se tratando de um texto estritamente evoliano, reflecte um princípio e uma postura que nos é cara: a necessidade de uma revolução interior, espiritual, como pré-requisito de qualquer acção material. Não é outro o sentido da expressão “recriar o homem hoje, para reconquistar o mundo amanhã”. Finalmente, o texto “Ave Solis Invicti” é a nossa maneira de assinalar o Solstício de Inverno que se aproxima, data sagrada dos nossos antigos, altura em que o Sol “morre” e “renasce”, trazendo com ele vida e renovação.



Capa: “A Idade de Ouro”,
de Giorgione

ÍNDICE

Editorial	2
A Doutrina das Quatro Idades	3
Sobre a «Idade Obscura»	7
Acerca da Fidelidade	9
Meditações na Cartuxa	11
Julius Evola: Homem de Acção	13
Ordem vs. Partido	16
O Fim da Acção Política Tradicional	18
“Ave Solis Invicti”	19

FICHA TÉCNICA

Número 2

3º quadrimestre 2007

Publicação quadrimestral

Internet:

www.boletimevoliano.pt.vu

Contacto:

boletimevoliano@gmail.com

* Se nos quiser ajudar no nosso labor, basta que nos contacte
Através do nosso endereço de correio electrónico: boletimevoliano@gmail.com.

Doutrina

A Doutrina das Quatro Idades

Julius Evola

Se o homem moderno, até a uma época ainda muito recente, concebeu o sentido da história como uma evolução e o exaltou como tal, o homem da Tradição teve consciência de uma verdade diametralmente oposta a esta concepção. Em todos os antigos testemunhos da humanidade tradicional pode-se encontrar sempre, de uma forma ou doutra, a ideia de uma regressão, de uma «queda»: de estados originários superiores, os seres teriam descido a estados cada vez mais condicionados pelo elemento humano, mortal e contingente. Este processo involutivo teria tido o seu início numa época muito recuada. O termo *èddico* *ragna-rökkkr*, «crepúsculo dos deuses», é o que caracteriza melhor esse processo. E não se trata de um ensinamento que no mundo tradicional tenha sido expresso de uma forma vaga e genérica: pelo contrário, foi explicitado numa doutrina orgânica, cujas diferentes expressões apresentam em grande medida um carácter de uniformidade: na *doutrina das quatro idades*. Um processo de decadência gradual ao longo de quatro ciclos ou «gerações» — é este, tradicionalmente, o sentido efectivo da história, e por isso tam-

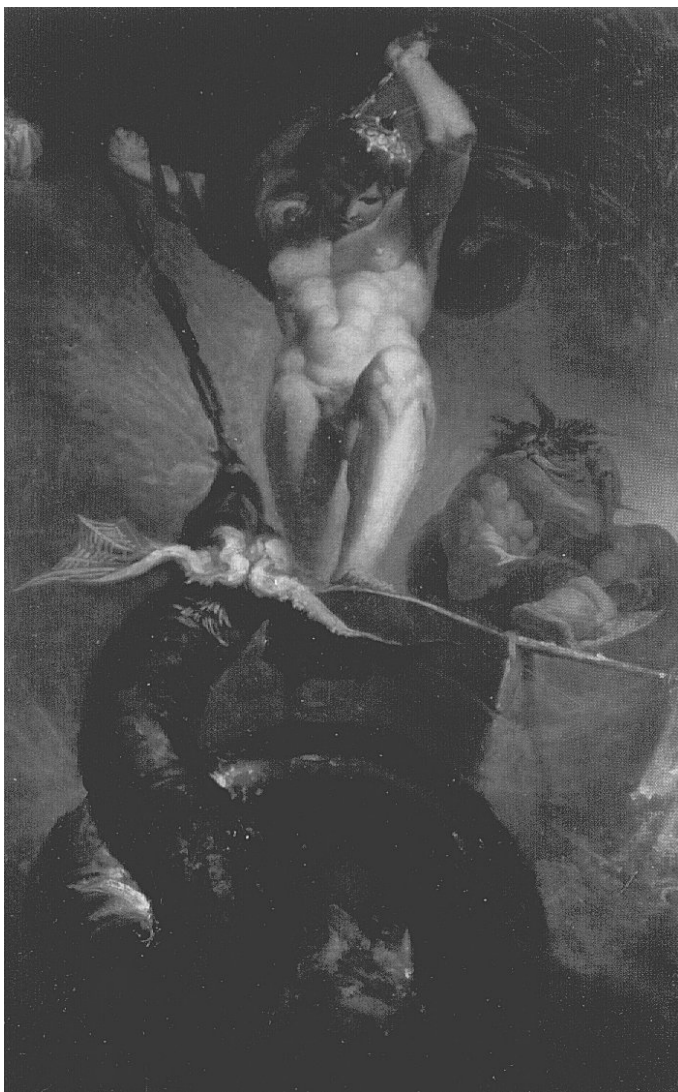
bém o da génese do que nós chamamos, num sentido universal, «mundo moderno». Esta doutrina poderá portanto servir de base às considerações que se seguirão.

A forma mais conhecida da doutrina das quatro idades é a própria

depois entre as duas últimas uma quinta era, a era dos «heróis», que contudo se verá ter só o significado de uma restauração parcial e especial do estado primordial (1). A tradição hindu tem a mesma doutrina, sob a forma de quatro ciclos chamados respectivamente *satyâ-yuga* (ou *kortâ-yuga*), *tretâ-yuga*, *dvâpara-yuga* e *kali-yuga* (que quer dizer «idade obscura») (2), juntamente com a imagem do desaparecimento progressivo, no decorrer destes ciclos, de cada um dos quatro pés ou apoios do touro que simboliza o *dharma*, a lei tradicional. A redacção irânica está próxima da helénica: as quatro idades são conhecidas e assinaladas pelo ouro, prata, aço e uma «liga de ferro» (3). O ensinamento caldeu repete este ponto de vista quase nos mesmos termos.

Em particular, mais recentemente encontra-se a imagem do carro do universo como uma quadriga que, conduzida pelo deus supremo, é puxada numa corrida circular por quatro cavalos que representam os elementos: as quatro idades correspondem à sucessiva predominância de cada um desses cavalos, que então arrasta consigo os ou-tros, segundo a natu-

reza simbólica, mais ou menos luminosa e rápida, do elemento que esse cavalo representa (4). Embora numa transposição espe-



Thor luta contra a serpente marinha Jörmungand durante o *ragna-rökkkr*

da tradição greco-romana. Hesíodo fala precisamente de quatro idades, assinaladas pelos metais ouro, prata, bronze e ferro, inserindo

1. HESÍODO, *Op. et Die*, vv. 109 e segs.

2. Cfr., por ex., *Mânavadharmaçâstra*, I, 81 e segs.

3. Cfr. F. CUMONT, *La fin du monde selon les Mages occidentaux* (*Rev. Hist. Relig.*, 1931, nn. 1-2-3, pp. 50 e segs.).

4. Cfr. DION CRISÓST., *Or.*, XXXVI, 39 e segs.

cial, reaparece a mesma concepção na tradição judaica, na profecia que fala de uma estátua resplandecente, com a cabeça de ouro, em que o peito e os braços são de prata, o ventre e as coxas de cobre e as pernas e os pés de ferro e argila: estátua esta que representa, nas várias partes divididas desta maneira, quatro reinos que se sucedem a partir do reino áureo do «rei dos reis» que recebeu «do deus do céu potência, força e glória» (5). Se em relação ao Egípto já se conhece a tradição referida por Eusébio sobre três diferentes dinastias, formadas respectivamente por deuses, semideuses e manes (6), aqui pode ter-se o equivalente das três primeiras idades — da do ouro à do bronze — de que falámos acima. Igualmente, se as antigas tradições aztecas falam de cinco sóis ou ciclos solares, em que os primeiros quatro correspondem aos elementos e nos quais se vê figurarem, tal como nas tradições euro-asiáticas, as catástrofes do fogo e da água (dilúvio) e as lutas contra os gigantes que veremos caracterizarem o ciclo dos «heróis» acrescentado por Hesíodo aos outros quatro (7), também se pode reconhecer aqui uma variante do mesmo ensinamento de que, por outro lado, noutras formas e mais ou menos fragmentariamente, se podem encontrar reminiscências também entre outros povos.

Não serão inúteis algumas considerações gerais antes de abordarmos o exame do sentido particular de cada período, visto que a concepção em causa está em contradição aberta com os pontos de vista modernos sobre a pré-história e o mundo das origens. Defender, como tradicionalmente se deve defender, que nas origens tenha existido não o homem animalesco das cavernas, mas sim um «mais-

“Em dois testemunhos característicos, como causa da «queda» indica-se o misturar-se da raça «divina» com a raça humana no sentido restrito, concebida como raça inferior (...) A propósito de épocas relativamente mais recentes a tradição, nos seus mitos, é rica de referências a raças civilizadoras e a lutas entre raças divinas e raças animalescas, ciclópicas ou demoníacas.”

que-homem», e que já a mais alta pré-história tenha visto não uma «civilização» mas pelo contrário uma «era dos deuses» (8) — para muitos, que de uma maneira ou doutra acreditam na boa nova do darwinismo, significa fazer pura «mitologia». Todavia, como esta mitologia não somos nós a inventá-la agora, ficaria assim por explicar o facto da sua existência, ou seja, o facto de nos testemunhos mais remotos dos mitos e dos escritos da Antiguidade não se encontrar nenhuma recordação que conforte o «evolucionismo» e que se encontre — pelo contrário e precisamente — o seu oposto, a ideia constante de um passado melhor, mais luminoso, supra-humano («divino»); que portanto se saiba tão pouco sobre «origens animais» e que aliás se fale uniformemente de um originário parentesco entre os homens e os numes e que permaneça a recordação de um estágio primordial de imortalidade, juntamente com a ideia de que a lei da morte só interveio num momento determinado e, para dizer a verdade, quase a título de um facto *contra-natura* ou de um anátema. Em dois testemunhos característicos, como causa da «queda» indica-se o misturar-se da raça «divina» com a raça humana no sentido restrito, concebida como raça inferior, de tal modo

que em certos textos a «culpa» é até comparada à sodomia e à união carnal com os animais. Por um lado, existe o mito dos Ben-Elohim, ou «filhos dos deuses», que se uniram às «filhas dos homens» fazendo com que por fim «toda a carne tivesse corrompido a sua via sobre a terra» (9); por outro, há o mito platónico dos atlântidas concebidos igualmente como descendentes e discípulos dos deuses, que devido à sua repetida união com os humanos perdem o elemento divino e acabam por deixar predominar neles a natureza humana (10). A propósito de épocas relativamente mais recentes a tradição, nos seus mitos, é rica de referências a raças civilizadoras e a lutas entre raças divinas e raças animalescas, ciclópicas ou demoníacas. São os Ases em luta contra os *Elementarwesen*; são os Olímpicos e os «Heróis» em luta contra gigantes e monstros da noite, da terra ou da água; são os Deva arianos que se lançam contra os Asura, «inimigos dos heróis divinos»; são os Incas, os dominadores que impõem a sua lei solar aos Aborígenes da «Mãe Terra»; são os Tuatha de Dannan que segundo a história lendária da Irlanda se afirmaram contra as raças monstruosas dos Fomors, e assim por diante. Nesta base, pode-se portanto dizer

5. Daniel, II, 31-45.

6. Cfr. E. V. WALLIS BUDGE, *Egypt in the neolithic and arcaic periods*, Londres, 1902, v. 1, pp. 164 e segs.

7. Cfr. RÉVILLE, *Relig. du Mexique*, cit., pp. 196-198.

8. Cfr. CÍCERO, *De Leg.*, II, 11: «*Antiquitas proxime accedit ad Deos*».

9. Génesis, VI, 4 e segs.

10. PLATÃO, *Crítias*, 110 c; 120 d-e; 121 a-b. «A sua participação na natureza divina começou a diminuir devido à múltipla e frequente mistura com os mortais e prevaleceu a natureza humana.» Acrescenta-se igualmente que as obras desta raça, para além do facto de respeitarem a lei, eram devidas «à continuidade da acção da natureza divina dentro dela».

que se ensinamento tradicional conserva bem a recordação — como substrato anterior às civilizações criadas por raças superiores — de estirpes que poderiam corresponder aos tipos animais e inferiores do evolucionismo, o evolucionismo contudo caracteriza-se pelo erro de considerar essas estirpes animais como absolutamente originárias, enquanto o são apenas de um modo relativo, e de conceber como formas de «evolução» formas de cruzamento que pressupõem o aparecimento de outras raças, superiores biologicamente e como civilização, provenientes de outras regiões, raças essas que, tanto pela sua remota antiguidade (como é o caso das raças «hiperbórea» e «atlântida»), como por factores geofísicos, só deixaram marcas difíceis de encontrar por parte de quem se basear unicamente nos testemunhos arqueológicos e paleontológicos acessíveis à investigação profana.

Por outro lado, é muito significativo o facto de as populações onde predomina ainda o que se presume que seja o estado originário, primitivo e bárbaro da humanidade, não confirmarem de maneira alguma a hipótese evolucionista. Trata-se de estirpes que, em vez de evoluírem, têm a tendência para se extinguir, o que prova que são precisamente resíduos degenerescentes de ciclos cujas possibilidades vitais se tinham esgotado, ou de elementos heterogêneos, troncos que ficaram para trás da corrente central da humanidade. Isto já é válido para o homem de Neanderthal, que na sua extrema brutalidade morfológica parece aparentar-se com o «homem-macaco». O homem de Neanderthal desapareceu misteriosamente num determinado período e as raças que apareceram depois dele — o homem de Aurignac e sobretudo o homem de Cro-Magnon — e que apresentam um tipo superior, de tal modo que neles se pode reconhecer já a estirpe de muitas das presentes raças



Um totem

humanas, não podem ser consideradas como «formas evolutivas» do homem de Neanderthal. O mesmo se pode dizer da raça de Grimaldi, igualmente extinta, assim como em relação a muitos povos «selvagens» ainda vivos: não «evoluem», mas sim extinguem-se. Quando eles se «civilizam» não se trata de uma «evolução», mas quase sempre de uma brusca mutação que atinge as suas possibilidades vitais. Com efeito, para a possibilidade de evoluir ou de decair existem limites determinados. Existem espécies que conservam as suas características até mesmo em condições relativamente diferentes das que lhes são naturais; outras, pelo contrário, nesse caso extinguem-se; ou então produzem-se misturas com outros elementos, em que, no fundo, não se dá nem assimilação nem uma verdadeira evolução. Em relação ao resultado destas misturas, é válido algo de semelhante aos processos considerados pelas leis de Mendel sobre a hereditariedade: desaparecido enquanto unidade autónoma, o elemento primitivo mantém-se como uma heredi-

tariedade latente separada, capaz de se reproduzir esporadicamente, mas sempre com um carácter de heterogeneidade em relação ao tipo superior.

Os evolucionistas julgam ater-se «positivamente» aos factos. Não se apercebem de que os factos, em si mesmos, são mudos; que os mesmos factos, interpretados diferentemente, servem de testemunhos a favor das teses mais variadas. Assim aconteceu que haja quem, embora tendo em conta todos os dados adoptados como provas da teoria da evolução, tenha demonstrado que estes, em última análise, poderiam também confirmar a tese contrária — tese essa que, em mais de um ponto de vista, corresponde ao ensinamento tradicional: ou seja, a tese de que, longe de ser o homem um produto de «evolução» das espécies animais, muitas espécies animais devem ser consideradas como troncos laterais em que abortou um impulso primordial, que só nas raças humanas superiores teve a sua manifestação directa e adequada (11). Há antigos mitos de estirpes divinas em luta contra entidades monstruosas ou demónios animais antes do estabelecimento da raça dos mortais (isto é, da humanidade na sua forma mais recente), que, aliás, poderiam fazer referência precisamente à luta do princípio humano primordial contra as potencialidades animais que este trazia em si: potencialidades que, por assim dizer, foram separadas e deixadas para trás sob a forma de certas estirpes animais. Quanto aos presumíveis «progenitores» do homem (como o antropóide e o homem glaciário), teriam representado os primeiros vencidos na luta de que falámos acima: partes que se misturaram a certas potencialidades animais, ou por estas arrastadas. Se no totemismo, que remonta a sociedades inferiores, a noção do antepassado mítico colectivo do clã se confunde frequentemente com a do demónio de uma dada

11. Cfr. E. DACQUÉ, *Die Erdzeitalter*, Munique, 1929; *Urwelt, Sage und Menschheit*, Munique, 1928; *Leben als Symbol*, Munique, 1929. E. MARCONI, *Histoire de l'involution naturelle*, Lugano, 1915; e também D. DEWAR, *The transformist illusion*, Tennessee, 1957.



espécie animal, aí reflecte-se precisamente a reminiscência de um estádio de promiscuidades deste género.

Sem querer entrar nos problemas, numa certa medida transcendentes, da antropogénese, por não ser este o lugar apropriado, observemos que a própria ausência de fósseis humanos e a única presença de fósseis animais na mais alta pré-história poderia ser interpretada no sentido de que o homem primordial (se porém for lícito chamar homem a um tipo muito diferente da humanidade histórica) teria entrado em último lugar no processo de materialização que conferiu — depois de o ter dado já aos animais — aos seus primeiros troncos já degenerescentes, desviados e misturados com a animalidade, um organismo susceptível de se conservar sob a forma de fóssil. É a esta circunstância que é conveniente ligar a recordação, conservada em certas tradições, de uma raça primordial «de ossos fracos» ou «moles». Por exemplo, Li-tse (V), ao falar da região hiperbórea, em que se iniciou, como iremos ver, o presente ciclo, indica precisamente que «os habitantes dela (assimilados a 'homens transcendentais') têm os ossos fracos». Para uma época mais recente, o facto de as raças superiores, provenientes do Norte, não praticarem a inumação mas sim a incineração dos cadáveres, é outro dos elementos que se deve ter presente ao considerar o

problema que levanta a ausência de ossadas.

Dir-se-á: mas desta fabulosa humanidade também faltam todos os vestígios de outro género! Ora bem, para além de ser muito ingénuo pensar que não possam ter existido seres superiores sem deixarem sinais como ruínas, instrumentos trabalhados, armas e objectos semelhantes, deve-se notar que subsistem restos de obras ciclópicas, embora seja verdade que nem sempre denotam uma elevada civilização, mas remontando a épocas bastante recuadas (os círculos de Stonehenge, as enormes pedras postas em equilíbrio miraculoso, a ciclópica «pedra cansada» no Peru, os colossos de Tiahuanaco, etc.), e que deixam os arqueólogos perplexos acerca dos meios utilizados mesmo só para apanhar e transportar os materiais necessários. Recuando mais longe ao tempo, tem-se a tendência para esquecer o que por outro lado se admite ou, pelo menos, não se exclui — antigas terras desaparecidas, terras de nova formação. Por outro lado, temos de perguntar-nos se é ou não inconcebível que uma raça em relação espiritual directa com forças cósmicas, como a tradição admite para as origens, possa ter existido antes que tenha começado a trabalhar pedaços de matéria, de pedra ou de metal, como fazem os que não têm mais nenhum outro meio de agir sobre as potências das coisas e sobre os seres. Que o

«homem das cavernas» seja o que é conhecido pela lenda, parece ser já uma coisa certa: começa-se agora a suspeitar que nas cavernas pré-históricas (muitas das quais denunciavam uma orientação sacral) o homem «primitivo» não tinha as suas habitações animais, mas sim os locais de um culto, que permaneceu sob essa forma mesmo em épocas indubiamente «civilizadas» (por exemplo, o culto greco-minóico das cavernas, as cerimónias e os ritos iniciáticos no Ida); e que é natural que só se encontrem nessas cavernas, devido à protecção natural do local, vestígios que noutros lugares o tempo, os homens e os elementos não podiam deixar chegar igualmente até aos nossos contemporâneos. De uma maneira geral, a Tradição ensinou, e esta é uma das suas ideias fundamentais; que o estado de conhecimento e de civilização foi o estado natural, se não do homem em geral, pelo menos de certas elites das origens; que o saber foi tão pouco «constituído» e adquirido como é pouca a origem de baixo da verdadeira soberania. Joseph de Maistre, depois de ter demonstrado que o que um Rousseau e os seus pares tinham presumido ser o estado de natureza (com referência aos selvagens), é apenas o último grau de embrutecimento de algumas estirpes dispersas ou vitimadas das consequências de qualquer degradação ou prevaricação que atingiu a sua substância mais profunda

(12), muito justamente diz: «Estamos cegos quanto à natureza e à marcha da ciência devido a um sofisma grosseiro, que fascinou todos os olhos: é o julgar os tempos em que os homens viam os efeitos nas causas, na base dos tempos em que eles se elevam dificilmente dos efeitos às causas, em que aliás só se ocupam dos efeitos, em que se diz que é inútil ocupar-se das causas, em que já não se sabe o que significa uma causa.» (13) No princípio, «não só os homens começaram pela ciência, mas também por uma ciência diferente da nossa, e superior à nossa, visto que começava mais acima, o que a tornava até perigosíssima. Isto explica a razão por que a ciência nos seus inícios foi sempre misteriosa e permaneceu encerrada nos templos, em que por fim se extinguiu, *quando essa chama já não podia servir senão para arder*» (14). E é então que, pouco a pouco, como sucedâneo, começou a formar-se a *outra* ciência, a puramente humana e empírica, de que os modernos têm tanto orgulho e com a qual pensaram medir tudo o que para eles é civilização. Esta ciência,

“Não são tanto os novos «factos» que poderão conduzir ao reconhecimento de horizontes diferentes, como uma nova atitude em relação a esses factos.”

assente em tal base, tem apenas o significado de uma vã tentativa de libertar-se, por meio de sucedâneos, de um estado não natural, de modo nenhum originário, de degradação e de que já nem sequer se tem consciência.

De qualquer maneira, é preciso ter em conta que estas indicações e outras análogas não podem deixar de ser um fraco socorro para quem não estiver disposto a mudar de mentalidade. Cada época tem o seu «mito», que reflecte um determinado clima colectivo. O facto de, em geral, a ideia aristocrática de uma origem «de cima», de se ter um passado de luz e de espírito, ter sido substituída nos nossos dias pela ideia democrática do evolucionismo, que faz derivar o superior

do inferior, o homem do animal, e a civilização da barbárie — corresponde menos ao resultado «objectivo» de uma investigação científica livre e consciente que a uma das numerosas influências que, por vias subterrâneas, o advento no mundo moderno das camadas inferiores do homem sem tradição produziu necessariamente no plano intelectual e cultural, histórico e biológico. Assim, não devemos iludir-nos: certas superstições «positivas» encontrarão sempre maneira de criar álibis para se defenderem. Não são tanto os novos «factos» que poderão conduzir ao reconhecimento de horizontes diferentes, como uma nova atitude em relação a esses factos. E todas as tentativas de valorizar mesmo do ponto de vista científico o que temos a intenção de expor sobretudo do ponto de vista dogmático tradicional, só conseguirá obter bons resultados junto daqueles que se encontram já predispostos espiritualmente para acolher conhecimentos deste género.

(Extraído da edição portuguesa de “Revolta contra o Mundo Moderno”, pp. 239-246.)

13. *Ibid.*, p. 73.

14. *Ibid.*, p. 75. Um dos factos que De Maistre (*ibid.*, pp. 96-97 e *II entretien, passim*) põe em evidência, é que as línguas antigas apresentam um grau muito mais elevado de essencialidade, de organicidade e de lógica que as modernas, fazendo pressentir a existência de um princípio oculto de organicidade formativa, que não é simplesmente humano, especialmente quando, nas próprias línguas antigas ou «selvagens», figuram fragmentos evidentes de línguas ainda mais remotas destruídas ou esquecidas. Sabe-se que Platão já tinha aludido a uma ideia análoga.

Doutrina

Sobre a «Idade Obscura»

Para completar o que já se disse sobre a actualidade do que nas antigas tradições se denominou por «idade obscura» – *kali-yuga* – é interessante referir algumas das predicções do *Vishnupurâna* relativas às características desta idade. Vamos transcrever este texto adaptando-o à terminologia actual (1).

«Raças de escravos, de fora-de-casta e de bárbaros tornar-se-ão senhores das margens do Indo, do Dârvika, do Candrabhângâ e do Kâshmir... Os chefes [desta era] reinarão [então] sobre a terra, serão naturezas violentas... que se apoderarão dos bens dos seus súbditos. Limitados na sua potência, a

maior parte deles aparecerá e tombará rapidamente. Será curta a sua vida, insaciáveis os seus desejos, e eles serão impiedosos. Os povos dos diferentes países, misturando-se com eles, seguir-lhes-ão o exemplo.»

«A casta predominante será a dos servos.» «Os que possuem [*vaîçya*, casta dos “mercadores”] abandonarão a agricultura e o comércio e arranjarão meios de subsistência tornando-se servos ou exercendo profissões mecânicas [proletarização e industrialização].»

«Os chefes, em vez de protegerem os seus súbditos, espoliá-los-ão, e com pre-textos fiscais roubarão

as propriedades à casta dos mercadores [crise do capitalismo e da propriedade privada; socialização, nacionalização e comunismo].»

«A sanidade [interior] e a lei [conforme à sua própria natureza: *svâdharma*] diminuirão de dia para dia até que o mundo fique inteiramente pervertido. Só os bens conferirão a categoria [a quantidade de dólares – as classes económicas]. O único móbil da devoção será a saúde [física], a única ligação entre os sexos será o prazer, a única via de sucesso nas competições a falsidade.» «A terra só será apreciada pelos seus tesouros minerais [exploração desenfreada do solo, morte da religião da terra].» «As vestes sacerdotais farão as vezes da qualidade de sacerdote.» «A fraqueza será a única causa da dependência [cobardia, morte da *fides* e da honra nas hierarquias modernas].» «Uma simples ablução [privada da força do verdadeiro rito] terá o significado de purificação [a pretensão “salutífera” dos sacramentos hoje em dia não se reduziu a pouco mais que isto?].» «A raça será incapaz de produzir nascimentos divinos.»

«Desviados pelos ímpios, os homens perguntarão: que autoridade têm os textos tradicionais? Quem são estes deuses, o que é a supra-humanidade solar [*brâhmana*]?» «O respeito pelas castas, pela ordem e pelas instituições [tradicionais] desaparecerá durante a idade obscura.» «Os casamentos nesta idade deixarão de ser um rito e as normas que ligam um discípulo a um mestre espiritual deixarão de ter força. Pensar-se-á que qualquer um poderá alcançar, não importa por qual via, o estado de regenerado [a democracia aplicada ao plano da espiritualidade]; os actos de devoção que ainda se possam executar não darão nenhum resultado [isto deve referir-se a uma religião “humanizada” e conformista (cfr. parte II, cap. 12, p. 404)].» «O tipo de vida será promiscuamente igual para todos.» «Quem distribuir mais dinheiro dominará os homens e a descendência deixará de ser um título de preeminência [fim da nobreza tradicional, plutocracia].» «Os homens concentrarão os seus interesses na aquisição, mesmo que seja



desonesta, da riqueza.» «Qualquer espécie de homem imaginará ser igual a um *brâhmana* [prevaricação e presunção dos intelectuais e da cultura moderna].» «As gentes sentirão mais que nunca o medo da morte e a pobreza aterrorizá-las-á: será só por isso que subsistirá [uma aparência de] céu [sentido dos resíduos religiosos próprios das massas modernas].» «As mulheres não obedecerão aos maridos e aos pais. Serão egoístas, abjectas, desviadas, mentirosas – e será a dissolução que se ligarão.» «Tornar-se-ão simples objectos de satisfação sexual.»

A impiedade prevalecerá entre os homens desviados pela heresia e a duração da sua vida conseqüentemente será mais breve (2).

Todavia, no mesmo *Vishnu-purâna* faz-se alusão aos elementos da raça primordial, ou «Manu», que permanecerão cá em baixo durante a idade obscura, para serem os germes de novas gerações: e ressurgirá a conhecida ideia de uma nova manifestação final vinda do alto (3).

«Quando os ritos ensinados pelos textos tradicionais e as instituições estabelecidas pela lei estiverem prestes a desaparecer e estiver próximo o termo da idade obscura, uma parte do ser divino existente pela sua própria natureza espiritual segundo o carácter de Brahman, que é o princípio e o fim... descerá sobre a terra... Sobre a terra, restabelecerá a justiça: e as mentes dos que estiverem vivos no fim da idade obscura despertarão e adquirirão uma transparência cristalina. Os homens assim transformados sob a influência desta época especial constituirão quase uma semente de seres humanos [novos] e darão o nascimento a uma raça que seguirá as leis da idade primordial (*krta-yuga*).»

No mesmo texto e lugar diz-se que a estirpe em que «nascerá» este princípio divino é uma raça de *Shanbhala*: mas *Shanbhala* – como se viu na devida altura – remonta à metafísica do «Centro», do «Pólo», ao mistério hiperbóreo e às forças da tradição primordial.

(Extraído da edição portuguesa de “Revolta contra o Mundo Moderno”, pp. 473-475.)

1. As nossas citações são retiradas da tradução inglesa do *Vishnu-purâna* organizada por H. H. WIL-SON (Londres, 1868, vv. IV e VI). Os pontos que correspondem, às passagens que reproduzimos, apresentando-as numa ordem diferente da do texto original, encontram-se no livro IV, c. 24 e VI, c. I, correspondente às pp. 222-229 (v. IV) e pp. 171-177 (v. VI) da referida tradução.

2. Esta última profecia poderia parecer contradita, se não se distinguir o caso em que a vida mais longa é devida a um contacto com o que ultrapassa o tempo, do caso de uma «construção», e como tal privada de sentido e uma verdadeira paródia do primeiro caso, realizada com os meios da ciência profana e da higiene moderna.

3. *Vishnu-purâna*, IV, 24 (pp. 237, 228-229).

Doutrina

Acerca da Fidelidade

Julius Evola

Pode não se achar particularmente interessante voltar a evocar alguns ideais éticos que tiveram uma particular força e prestígio nas civilizações anteriores das nossas raças e que foram um factor da sua grandeza, embora, por outro lado, se encontrem praticamente desvanecidos no esterco do mundo actual. Um de tais casos é o relativo à *fides*.

Em latim o sentido do termo não é a “fé”, mas sim sobretudo a fidelidade: a um compromisso, a um juramento, a um pacto, à palavra dada, a um vínculo livremente aceite. Para além do mundo meramente humano, a *fides* transforma-se em “fé”, estende-se às relações com potências superiores, e então ela funda a *religio*, termo que na sua origem significava “vinculação”: vinculação entre o indivíduo e o divino. O pressuposto existencial da *fides* no primeiro sentido e, simultaneamente, aquilo do qual a mesma é sua manifestação, é a *virtus*, não na sua acepção moralista ou inclusive sexual, mas no sentido de uma firmeza interior, de uma rectidão.

Portanto é à romanidade antiga que nos podemos referir em primeiro lugar em relação ao ideal em questão. Assim se deu à *fides* a figura de uma deusa, em Roma a mesma foi objecto de um culto entre os mais antigos e sabedores. *Fides romana*, se dizia em tempos pré-históricos; *alma fides*, *fides*, *sancta*, *casta*, *incorrupta*, se dirá mais tarde. A mesma é uma característica dos romanos, afirma Lívio; ela define o romano ante o “bárbaro”, na antítese de uma norma de uma adesão incondicional a um pacto jurado e à conduta de quem ao contrário segue as contingências e a oportunidade, sob o signo daquela entidade que era denominada “Fortuna”. Máxima era a adesão àquela norma entre os antigos, refere-nos Sêrvio, *maxima erat apud majores cura fidel*. Com sua decadência, adverte profeticamente Cícero, também a *virtus* decai, assim como o costume, a interior dignidade e a força dos povos.

É assim que a *fides* em Roma pôde ter um templo simbólico, *aedes Fidei populi romani*, no centro da cidade, no Capitólio, perto do templo do máximo Deus, de Júpiter. Esta contiguidade possui um significado particular. Da mesma maneira que Zeus entre os Gregos,

“Em latim o sentido do termo não é a “fé”, mas sim sobretudo a fidelidade: a um compromisso, a um juramento, a um pacto, à palavra dada, a um vínculo livremente aceite. Para além do mundo meramente humano, a *fides* transforma-se em “fé”, estende-se às relações com potências superiores, e então ela funda a *religio*, termo que na sua origem significava “vinculação”: vinculação entre o indivíduo e o divino.”

Mitra entre os Iranianos, Indra entre os Hindus, Júpiter, representação romana de um não diferente princípio metafísico, era em Roma o deus do juramento e da lealdade. Qual deus do céu luminoso, *Lucetius*, ele era também o dos pactos jurados, do compromisso claro e privado de reticências. Dizia-se: *Jovis fiducia*; com o qual a *fides* recebia um crisma religioso e uma sanção sobrenatural.

E este valor incluiu-se também na realidade política. Assim, o próprio Senado pôde aparecer como um “templo vivente da fidelidade” – *fides templum vivum* – e às vezes o mesmo se reunia ao redor do altar capitolino da deusa. Por outro lado, o emblema mais corrente para a *fides* foi o estandarte da águia das legiões, e a fidelidade assu-

miu a forma essencial de fidelidade guerreira ante o chefe e o soberano: *fides equitum*, *fides militum*. A mencionada interferência com a esfera sagrada encontra uma nova confirmação no facto de que em Roma existiu uma enigmática relação entre os conceitos de fidelidade, de vitória e de vida imortal. À *Victoria*, concebida e personificada como uma entidade mística, o Senado romano prestava com efeito o seu juramento de fidelidade com um rito tradicional que foi o último a resistir ante o advento dos novos cultos cristãos: *fides Victoriae*. A síntese mais sugestiva foi, a tal respeito, uma representação da época imperial na qual a *Fides* personificada e divinizada leva entre outras coisas a imagem da *Victoria* e um globo sobrevoado por uma Fénix, ou seja pelo símbolo animal das ressurreições, enquanto no alto se vê um imperador no acto de sacrificar a Júpiter, enquanto é coroado por *Victoria*.

Assim com o Sacro Império Romano, na Idade Media, voltou a ideia romana, ao mesmo tempo houve um retorno da ética da fidelidade, que, como uma comum herança indoeuropeia, era própria de modo eminente das estirpes germânicas. Deste modo *trust*, *Treux*, *fides*, ou como se pudesse haver denominado um mesmo princípio, teve um papel essencialíssimo no mundo medieval, em especial no



Os homens da RSI seguiram Mussolini em nome da lealdade e fidelidade

feudal, do qual se constituiu na premissa fundamental. Pode-se falar de um *sacramentum fidelitatis* e uma máxima do Código Saxão, do *Sachsenspiegel* foi: “Nossa honra chama-se fidelidade”; também na epopeia dos Nibelungos, no *Nibelungenlied*, se encontra o dito de que “a fidelidade é mais forte que o fogo”.

A tradição perpetuou-se para além da Idade Média sobretudo na área germânica, de tal modo que a Alemanha procurou quase, como um monopólio unilateral, convertê-la numa característica nacional ou de raça, alcunhando a fórmula *Deutsche Treue*, ou seja: “fidelidade germânica”. No entanto não há dúvida de que o conceito de fidelidade teve um particular relevo no prussianismo, em especial no exército, no corpo de oficiais e na nobreza, e sabe-se que a impossibilidade que se sentiu de violar a fidelidade ao juramento prestado foi aquilo que bloqueou acções tentadas contra Hitler, apesar de tudo aquilo que poderia ter justificado, desde um certo ponto de vista, tal infracção. Por outro lado, um dos aspectos positivos do nacional-socialismo foi a sua tentativa de pôr justamente a fidelidade, associada à honra, como fundamento de uma reconstrução orgânica e anti-marxista da economia. Na correspondente legislação, contra o “classismo” da luta de classes e do sindicalismo, postulava-se a solidariedade ética. O empresário tinha que corresponder à figura de um chefe (*Führer*), com uma correspondente autoridade e correspondentes responsabilidades, os mestres de ofício tinham que corresponder à figura de “séquito” próprio (*Gefolgshaft*) associado a ele e fiel na actividade produtiva. Um denominado “tribunal de honra” era chamado a dirimir os eventuais conflitos.

Lamentavelmente na moderna área latina os men-

cionados princípios não tiveram a mesma força, e isso em grande medida também pelo predomínio da tendência individualista. No plano político-militar recorda-se o caso, na última guerra, do comportamento do Soberano italiano, que enquanto dava ao embaixador alemão a garantia formal de que Itália continuaria a combater ao lado do aliado, estabelecia acordos com o inimigo; juntou-se a isso a sua atitude em relação a Mussolini. As distintas circunstâncias contingentes que podiam ter justificado uma tal conduta de um ponto de vista pragmático, não reflectem de modo algum a ética da qual a Roma antiga, tal como se viu, tanto se orgulhava. Talvez em Itália a última manifestação de tal orientação deu-se no final da II Guerra Mundial, quando um número significativo de italianos não hesitou em bater-se, ainda que em posições perdidas, justamente em nome do princípio de fidelidade e de honra.

Hoje em dia tudo isto aparece como anacrónico ou vale simplesmente como mera retórica, tão grande é a prevalência de um tipo de homem fugaz e sem carácter, sempre pronto a trocar de lado conforme ventos mais favoráveis e sempre mobilizado por baixos interesses. A democracia é o terreno mais propício para a “cultura” de um semelhante tipo. Na realidade existe uma relação estreita entre *fides* e personalidade. A fidelidade é algo que não se pode nem vender nem comprar. À lei obedecemos, às necessidades vergamo-nos, à conveniência ponderámo-la, mas a *fides*, a fidelidade, apenas o acto livre de uma interior nobreza pode estabelecê-la. *Fides* significa pois personalidade.

(II *Conciliatore*, Fevereiro de 1972)

Doutrina

Meditações na Cartuxa

Julius Evola*

Uma pálida paisagem invernal de campos espargidos de neve e charcos de água. Esqueletos negros de árvores desnudas. Um alto céu de zinco. Um grande silêncio. Nesta solidão, levada desde uma altura, surge à clara linearidade de uma fachada de igreja, a que se enlaça um alto cerco, mais além do qual se vê uma série regular de edifícios pequenos. Na parte dianteira, uma explanada com uma grande cruz negra. A entrada está fechada – dir-se-ia que desde tempos remotos – com uma pesada parada negra de madeira esculpida. Um símbolo: sete estrelas ao redor de uma esfera com uma cruz em cima, acompanhada da frase: *stat dum volvitur orbi*. Tal é a Cartuxa de Hain, perto de Düsseldorf.

A Ordem dos Cartuxos encontra-se entre as poucas sobreviventes da tradição contemplativa ocidental. Surgida em 1084, segue a mesma até os dias de hoje – ou seja, durante quase nove séculos – manteve sem modificações sua regra e sua constituição. Por quase nove séculos alguns homens separados do mundo praticaram a mesma ascese e cumpriram os mesmos ritos, nas mesmas horas repetiram idênticas orações; rimaram sua jornada de uma mesma maneira, que não deixa quase margem algum ao arbítrio individual, através do uniforme desenvolvimento das estações, dos anos, dos séculos. A imutabilidade, representada pela cruz, por cima do movimento do mundo, é o sentido do símbolo e da divisa latina, aqui citada. Mas a cruz sobre uma esfera naquele particular modo foi também o antigo signo do poder universal...

Wir haben überhaupt keine Ruhe – disse-nos sorrindo um dos

patres cartuxos, ou seja: não temos nem um momento de descanso, de trégua. É o oposto do que se imagina habitualmente sobre a vida contemplativa. A regra cartuxa não deixa um só instante inactivo o sujeito: a totalidade da jornada encontra-se rigorosamente subdividida, de modo tal que a cada hora corresponde uma tarefa precisa, um certo acto ritual, uma determinada realização litúrgica, com um único breve intervalo de trabalho manual para interromper uma tensão interior que de outra maneira seria insustentável.

O isolamento e silêncio são conhecidas regras dos Cartuxos. Toda Cartuxa está construída de acordo com um mesmo tipo arquitectónico. Um jardim claustral no centro também serve de cemitério – um cemitério no qual o “homem” não figura – há ali tão só cruces negras, sem nome. Em seu redor, e separadas uma das outras, encontram-se dispostas as habitações, em que cada cartuxo concentra o seu trabalho, as suas orações, a sua ascese: ali ele come, vela, descansa, encontrando-se com os outros tão-só no templo, para as acções litúrgicas colectivas, ou em raras solenidades, em que se celebra uma comida em comum: na clara severidade de um refeitório, no meio da parede de fundo, em lugar elevado, toma o lugar o Prior, concebido, na Ordem, quase como uma manifestação vivente de Cristo e investido de uma suprema autoridade.

O silêncio do cartuxo não é interrompido senão para um uso sagrado da palavra, para o ofício litúrgico: seja ele diurno ou nocturno. No meio da noite invernal, baixo o sinal do sino, luzes vacilantes surgem quase simultaneamente, desde a obscuridade entre as lentas porções de neve, para iluminar as estranhas sombras brancas encaçadas que se encaminham com

as suas lanternas até à capela. Ali tomam silenciosamente o seu lugar; e as luzes são apagadas. Tudo permanece numa penumbra diáfana. Alguns minutos de recolhimento, logo, depois de uma breve e um seco golpe, inicia-se a liturgia. É um rude canto gregoriano sem acompanhamento, sem variedade de tons: é um ritmo, que recorda as melodias árabes, mas que na sua monotonia encerra uma muito mais alta intensidade espiritual que acusa uma espécie de insensível anelo ou ímpeto, que seria sumamente difícil de descrever: é como conduzir-se até um limite, que se é incapaz de transcender, ainda estando totalmente desapegados do vínculo terreno. Entre os temas principais do canto, proposto por uma ou outra voz, intercalam-se pausas de recolhimento, que dão uma impressão mais forte: são momentos de um silêncio vivente, de um silêncio intenso, nos quais se diria que está presente “algo” no templo, uma força já diferente de todas aquelas que se encontram ali em recolhimento. O rito nocturno alcança às vezes três horas de duração. Ante um novo sinal, as sombras brancas apartam-se da penumbra, movem-se, as lanternas são acesas novamente, os *patres* retornam às suas residências para voltar a encontrar-se algumas horas mais tarde para o ofício da alvorada. Os cartuxos não se ajoelham nunca. Inclina-se profundamente, ou nos momentos mais importantes, se recostam no solo como se tivessem sido abatidos.

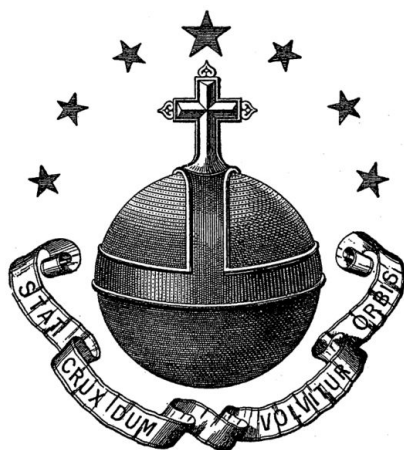
Foi-nos dito em Hain para não termos ilusões a respeito do futuro da Ordem. E em verdade, especialmente em nossos dias, para muitos não existe nada mais anacrónico que a pura vida contemplativa. Inclusive em vários ambientes católicos (1) acredita-se que o religioso

* Tradução e notas de Cesar Ranquetat Jr. (franquetat@yahoo.com.br).

pode ainda ter uma função tão só deixando de lado a ascese passando a uma acção militante ou proselitista, em directo contacto com as forças do mundo e da história.

É um facto irrefutável que desde há muito o Ocidente identifica a acção com as suas modalidades mais exteriores, materiais e contingentes, pelo que se concebe como inércia ou fuga tudo aquilo que, ainda não sendo para nada não-acção (a vida ascética, ademais das renúncias, implica uma disciplina e uma concentração interior pelo menos tão grande como as próprias de qualquer “homem de acção”) não se deixa remeter a semelhantes modalidades. Ademais existem as confusões próprias de quem, encerrado no horizonte mais grosseiramente sensível, pensa que só as forças materiais e outros modos directos de combater e resistir sejam os decisivos e determinantes na história.

Donoso Cortes (2), que foi também um homem de acção pública, afirmou que para que uma sociedade seja firme “é necessário que exista um certo equilíbrio, conhecido tão só por Deus, entre a vida contemplativa e activa.” A necessidade de que o mundo mutável e incerto da acção encontre seu complemento e quase diríamos seu eixo no imutável da verdadeira contemplação – ou seja de uma interioridade virilmente desapega e projectada até à transcendência – foi reconhecida por qualquer civilização normal, até aquela em que Dante e Frederico II foram seus expoentes. E, em relação com isso, foi também concebida a realidade de uma acção de outro género, de uma acção silenciosa, compreendida em função de estabelecer “contactos”, de mover forças que, por ser invisíveis, não são menos eficazes que as puramente humanas, pois só através da via da ascese e do rito podem ser alcançadas. É sobre esta base que toda doutrina tradicional define que os ascetas devem estar ao lado dos guerreiros,



que a contemplação ilumina, justifica e converte em absoluta a acção, que homens adequadamente dotados cumprissem de maneira ininterrupta, com sua aparente retirada do mundo, com a função de vincular a realidade humana com uma realidade mais que humana. *Pontifex*, antigamente, significava para os romanos “fazedor de pontes”. Uma antiga fórmula nórdica era: “O que é chefe que seja ponte...”

Um mundo que não queira ser de agitados, mas sim de seres que conheçam verdadeiramente a acção e saibam dominá-la, deve ter em conta tudo isto, evitando perigosas unilateralidades. Por certo hoje mais que nunca trata-se de apartar do modo que seja todas as forças evocadas a fim de actuar e de combater este mundo. Entretanto, pode-se também pensar que se nos últimos tempos as coisas não estão ainda piores, isso não se deve tão só aos chefes visíveis dos povos, mas pelo menos em igual medida à acção invisível e silenciosa de poucos seres espalhados e ignotos, neste como em outros continentes, que manterão, todavia, de alguma maneira, as relações entre o mundo visível e o mundo superior. Mas ainda é possível que para o olho “da outra margem” seja justamente estes que aparecem como os únicos pontos luminosos e firmes num mundo de névoa e agitação, como pequenas fogueiras acendidas na noite por parte daqueles que “ve-

lam” e que ainda se mantêm de pé.

Aqui por suposto que não pretendemos referirmos a ascetas de uma determinada fé ou tradição e não tratamos do problema relativo à medida, na qual as forma sobreviventes de ascese realizam verdadeiramente a mencionada função. Porém, a Europa apresenta hoje traços de similitude com aquele período de convulsão no qual, como reacção, surgiram as primeiras Ordens monásticas ocidentais. E muitos espíritos, incapazes de encontrar os mais altos e originários pontos de referência, dirigem-se hoje para o catolicismo. Não é nessa função entrar em tais problemas; entretanto um ponto nos parece claro: não é sendo indulgente até atitudes militantes que às vezes confluem inclusive no plano das motivações políticas e sociais, não é insistindo em veleidades proselitistas e apologéticas, não é buscando compromissos com o pensamento “moderno” e inclusive com as ciências profanas de hoje em dia, e sim se desapegando decididamente, insistindo tão só no ponto de vista da ascese, da pura contemplação e da transcendência, que a Igreja poderá quem sabe, dentro de determinados limites, voltar a converter-se verdadeiramente numa força e assegurar-se assim uma inviolável autoridade. Se, justamente em tempos como os modernos em que o mundo da acção atingiu um paroxismo sem comparação alguma na história, quase por contraposição, deixando tudo mais, subordinando qualquer ambição semi-temporal, se deveria dar um relevo mais decidido ao pólo da pura transcendência e da ascese, e que uma força encontre na outra seu equilíbrio, e que nas horas mais angustiantes e nas provas mais duras a cada um seja dado a possibilidade de transfigurar todo o sacrifício e toda luta e de achar inclusive na morte a via até uma vida superior.

(Publicado em
La Stampa, Fevereiro de 1943)

1. A Igreja Católica, principalmente após o Concílio Vaticano II, afasta-se cada vez mais dos seus aspectos sacramentais e ascéticos para se imiscuir em questões meramente mundanas. (N. do T.)

2. Escritor e político católico de linha tradicionalista de Espanha. Crítico feroz da modernidade. (N. do T.)

Opinião

Julius Evola: Homem de Acção

Eduard Alcàntara

Não vai há muito tempo alguém teve a ideia de realizar uma comparação entre um conhecido político, já falecido há alguns anos, e Julius Evola. Defendia-se a postura de superioridade deste como homem de pensamento e, pelo contrário a superioridade do personagem político como homem de acção. Para nós, este tipo de comparações parecem-nos carecer de qualquer sentido, além de completamente deslocadas. E parecem-no devido ao facto de que os planos em que cada um desenvolveu a maior parte das suas actividades, ou pelo menos aquelas que mais notoriedade lhes trouxeram, foram planos diferentes que não admitiam comparação alguma. De qualquer maneira, e mesmo que se tivessem dedicado a actividades parecidas, as comparações sempre padecem de uma forte carga de subjectividade, já que os critérios utilizados por alguém para as realizar podem ser totalmente diferentes dos utilizados por outro. E poderíamos ainda acrescentar o conhecido ditado: “As comparações são odiosas”.

Não pretendemos entrar neste tipo de debate e não vamos por isso falar do personagem político em causa. Vamos, pelo contrário, centrar-nos na figura de Evola e vamos fazê-lo não para falar da sua faceta de homem de pensamento ou, como ele preferia que o definissem, “intérprete da Tradição”, mas sim da sua faceta de homem de acção. Assim o faremos visto que é bem conhecida a sua alta competência no âmbito cultural mas não tanto a sua outra vertente que o situa fora das bibliotecas, dos estudos e dos escritórios – vertente desconhecida para muitos e vertente digna de ser tida em elevada consideração.

Não temos melhor maneira de falar desta outra faceta senão narrando episódios da sua vida altamente significativos a este respeito. Episódios que confirmam a vocação que (na sua autobiografia “O caminho do Cinábrio”) afirmou ter desde tenra idade e que consistia num impulso face à acção que o fez aderir rapidamente ao ideal do guerreiro, do (recorrendo à tradição do hinduísmo) *shatriya*.

“Vamos centrar-nos na figura de Evola e vamos fazê-lo não para falar da sua faceta de homem de pensamento, mas sim da sua faceta de homem de acção. Assim o faremos visto que é bem conhecida a sua alta competência no âmbito cultural mas não tanto a sua outra vertente que o situa fora das bibliotecas, dos estudos e dos escritórios – vertente desconhecida para muitos e vertente digna de ser tida em elevada consideração.”

“Acção” que temos de entender não só do ponto de vista externo mas também interno, pois é um intenso, prolongado e metódico accionar no interior do ser humano o que o pode levar pelo caminho do descondicionamento (no que diz respeito a tudo aquilo que acorrenta, perturba e cega a sua consciência) até ao seu Despertar para a Realidade do Incondicionado, Eterno e Imutável que

se encontra na origem de todo o mundo manifestado. Mas não é desta acção interior que vamos tratar no presente texto mas da outra, a exterior; fazendo-o como referimos acima, com a exposição de episódios passados na vida do nosso autor.

Assim, começaremos por recordar o seu alistamento no Exército italiano com a tenra idade de 16 anos. No ano seguinte ao seu alistamento (1915) a Itália entra na I Guerra Mundial que havia começado no ano anterior. Evola participou nela como oficial de artilharia. A sua participação em acções bélicas foi muito escassa. Praticamente não teve essa possibilidade, o que tão pouco lhe terá desagradado, pois, apesar da sua vocação para a “via do guerreiro”, certamente teria preferido que o seu país tivesse alinhado com os chamados Impérios Centrais em vez de o fazer com as plutocracias demo-liberais. Certo é que antes da conflagração bélica a Itália fazia parte da Tripla Aliança, juntamente com a Alemanha e o Império Austro-húngaro, e assim, se a isto juntarmos a convicção que tinha o nosso autor (juntamente com os seus então companheiros de viagem dadaístas e como também os vanguardistas futuristas de Marinetti) de que a participação da Itália na guerra (com os traumas, abanões e remoções de consciência que a guerra acarreta) ajudaria a romper esque-

mas de valores e anquilosamentos burgueses entranhados na sociedade transalpina da época, obteremos com clareza as razões que impulsionaram, primeiramente, – entre outras – o jovem Evola a promover a entrada de Itália na guerra e que o fizeram, finalmente, participar nela.

Este “Evola homem de acção” podemos vê-lo também numa secção da revista *La Torre*, que fundara e dirigira em 1930, denunciando sem contemplações qualquer hipótese de decadência e corrupção observada no seio da política da Itália do vinténio fascista. Não houve o menor refreio na hora de expor os modos aburguesados e as práticas contrárias à boa ética que se observavam, por exemplo, na vida social desta alta classe dirigente política. Não é por isso de estranhar que, finalmente, estes sectores denunciados comesçassem a pressionar para que a revista fosse encerrada (o que acabou por acontecer poucos meses após a sua fundação) e tão-pouco é de estranhar que um dos directamente aludidos nestas implacáveis críticas, Mário Carli, procurasse o protagonista do presente escrito com vontade de o agredir fisicamente, acontecendo que, pelo contrário, quem saiu mal visto foi o sr. Carli, o qual recebeu, com o seu próprio garrote, um sério correctivo no rosto e até a rotura do sobrolho, aplicado por Evola...

O nosso homem de acção torna-se um alpinista de elite. Assim, encontrámo-lo em Agosto de 1934 no cimo do Monte Rossa, a 4.200 m de altura, acompanhado de um guia, Eugénio David, que quarenta anos mais tarde, também em Agosto, voltaria já com idade avançada, a escalar o Monte para aí depositar as cinzas do defunto Julius Evola.

Ao longo da década de 30 e durante os primeiros anos 40, o nosso homem de acção percorre um bom número de países europeus perseguindo um objectivo principal, que não é outro que a criação de uma rede secreta na qual se implicariam os mais aptos defensores e/ou difusores da cosmovisão própria do Mundo da Tradição, alguns deles muito implicados nas vicissitudes políticas do momento. Este propósito de Evola obedecia à sua vontade de que o saber ancestral, sacro e eterno que ele se esforçava por transmitir não se limitasse ao papel e tivesse quem o conservasse



Evola, oficial de artilharia

com o ânimo – porque não! –, de o transplantar um dia para o plano das efectivas realizações políticas de uma futura Europa, plasmando a Tradição no ideal do *Imperium*. Esta aludida rede secreta obedecia à ideia de constituição de uma Ordem que seria o garante desse legado sapiencial e sagrado e a regedora desse desejado *Imperium*.

Apesar das trágicas vicissitudes da II Guerra Mundial, Evola nunca cedeu neste projecto de constituição de uma Ordem. É por isso que, passado muito tempo, já bem dentro dos anos 60, tinha até já escolhido aquela que segundo os seus critérios poderia ser uma pessoa muito apta (pelo seu imaculado sentido de honra e fidelidade e pela

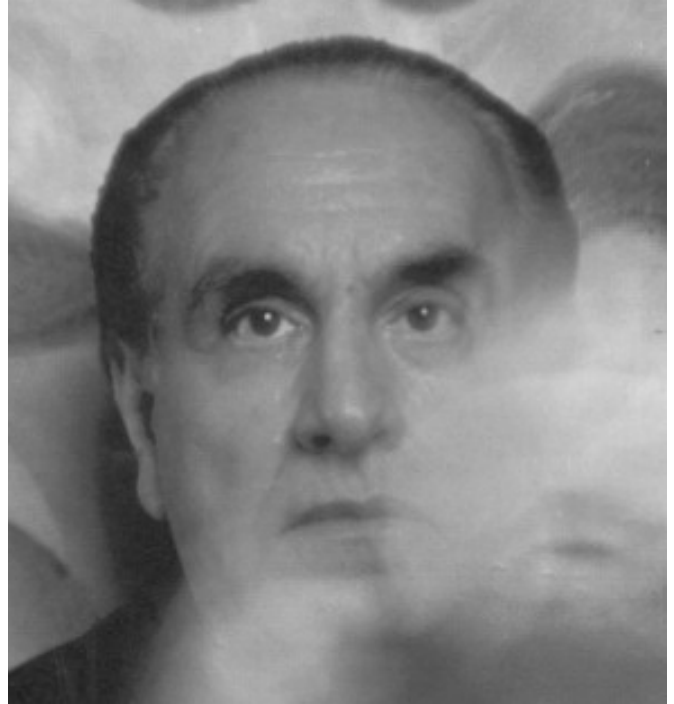
sua disposição aristocrática) a tornar-se a figura dirigente desta Ordem. Foi no príncipe Valério Borghese que pensou para dirigir aquilo a que chamava a Coroa Férrea, isto é, a Ordem. Infelizmente, o falhado golpe de Estado dirigido por Borghese em 1970 frustrou este recorrente projecto de Evola.

O nosso homem de acção viveu como grande protagonista boa parte da convulsão política despoletada em Itália como consequência da reunião do Grande Conselho Fascista de 25 de Julho de 1943 em que Benito Mussolini é deposto. Evola torna-se, depois disso, num dos principais personagens encarregados de, em Roma, tentar fazer voltar a Itália à situação política anterior ao 25 de Julho. Mas Evola, atravessando grandes perigos, terá abandonar o país para, depois de várias escalas, chegar a Rastenburg, nos limites da Prússia Oriental, onde se encontrava o Quartel General de Hitler, conhecido como “guarida do lobo”, onde, junto a alguns dos mais fiéis e irredutíveis representantes do ilegalizado Partido Nacional Fascista (Preziosi, Pavolini, Farinacci...), começa a organizar uma espécie de governo no exílio e a divulgá-lo em Itália através da rádio. É neste local que todos eles receberão (junto a Vittorio Mussolini, filho do Duce) Benito Mussolini que acabava de ser libertado da sua prisão em Los Abruzzos pelo intrépido SS Otto Skorzeny. São Evola e aqueles irredutíveis que, em Rastenburg, se reunirão com o recém libertado para preparar a instauração da República Social Italiana (também conhecida como República de Salò) no Norte de Itália e para actuar de for-

ma clandestina no resto da península com o objectivo de reorganizar o desmantelado *Fascio*. Evola é encarregado de funções decisivas em Roma, que voltará a ter que abandonar no momento da sua ocupação pelas forças armadas aliadas, numa fuga em que as peripécias começam no seu próprio domicílio familiar no momento em que agentes secretos britânicos acodem ao mesmo para prendê-lo, tendo ele conseguido escapar (graças às manobras de diversão protagonizadas pela sua velha mãe) pela mesma porta pela qual aqueles haviam entrado. As peripécias continuam até atravessar as linhas do exército americano primeiro, e depois do francês, até se unir às colunas do exército alemão em retirada para o norte do país.

Nos últimos dias da II Guerra Mundial, e em solo europeu, encontramos o nosso autor em Viena. Em colaboração com a Anghenerbe (departamento dependente das SS), estuda arquivos de sociedades secretas subversivas. Numa espécie de desafio ao Destino próprio de um *shatriya*, Evola nunca procurava os refúgios antiaéreos durante os bombardeamentos aéreos inimigos. Num destes bombardeamentos as feridas que recebe deixam-no paralisado para toda a vida da cintura para baixo. Mas este forte contratempo não significará para Evola renunciar à sua condição de “homem de acção”, visto que depois de três anos de convalescença em hospitais suíços volta a Itália disposto a unir-se “ao resto do exército” (1) e são as suas actividades com o “resto do exército” (onde encontramos pessoas como Giorgio Amirante ou o General Graziani) que o levarão, em 1950, à cadeia durante meio ano e que provocarão o seu julgamento sob a acusação de “tentativa de reconstrução do Partido Fascista”; julgamento de que sairá absolvido.

Evola, desde então e até ao final da sua existência terrena, não mais deixará de ser guia político e até espiritual para destacados militantes do conhecido como neo-fascismo italiano, que se apresentavam na sua residência em Roma (situada no Corso Vittorio Emanuele) para receber o seu saber e os seus conselhos. E não somente pessoas como também importantes sectores de diversos grupos e/ou partidos desta área política fizeram de alguns dos seus escritos a sua principal fonte de inspiração ideológica. Evola nunca renunciou a este tipo de influência porque como



homem de acção que era, sempre resistiu a que não se pudessem aplicar na praxis política todos aqueles valores, ideias e posições próprios da Tradição.

Não é demais salientar que, embora todos as vicissitudes narrados o relacionem com a política, Evola, obviamente, nunca foi fascista (de facto nunca esteve filiado no Partido Nacional Fascista de Mussolini) já que a sua adesão estava para com o Mundo da Tradição e desde o ponto de vista marcado pelos parâmetros que enformam o Mundo Tradicional o Fascismo sempre padeceu (como sucedeu com o nacional-socialismo) de influências da venenosa Modernidade. A colaboração do nosso autor com o Fascismo entende-se porque, por outro lado, esta corrente política também evidenciou posicionamentos de claro distanciamento relativamente às taras próprias do mundo moderno (2).

No dizer de diversos escritores (nem todos eles nararam o mesmo final) o nosso homem de acção quis morrer de pé (3), firme como um *shatriya*, e olhando de frente o sol que entrava pela janela do seu quarto.

Haverá ainda, depois de tudo que narramos, quem duvide ou despreze a faceta de Evola como homem de acção?

1. Esta expressão foi utilizada por Evola no decurso de uma conversa que, depois do seu regresso da Suíça, manteve em Bolonha (antes da chegada a Roma) com o seu amigo Clemente Rebora, um poeta que se converteu ao catolicismo e se integrou na ordem dos padres rominianos.

2. Como não é de doutrina que tratamos no presente escrito, não queremos concretizar nenhum dos aspectos que aproximam o Fascismo do Mundo Moderno nem nenhum dos que, pelo contrário, o aproximam do Mundo Tradicional. O que podemos fazer é convidar o leitor interessado a ler o nosso artigo “Os Fascismos e a Tradição Primordial” (publicado no número anterior do Boletim Evoliano). Ou, caso prefira ir directamente à fonte, recomendamos a leitura do livro de Evola “O Fascismo visto da Direita” e do seu apêndice “Notas sobre o Terceiro Reich”.

3. Não devemos estranhar esta atitude de Evola, que já no Verão de 1952 havia recebido em sua casa, de pé (auxiliado pelo seu pai e uma enfermeira), Mircea Eliade, tal como este explica nas suas “Memórias”.

Opinião

Ordem vs. Partido

Eduard Alcântara

Escrevemos estas linhas ante o pedido que alguém nos realizou para que avaliássemos o papel que uma Ordem poderia desempenhar nos nossos dias e quais os objectivos que deveria prosseguir.

Empenhamo-nos nesta tarefa partindo do princípio de que a Ordem se encontra nos antípodas do Partido Político; que Ordem está para o Mundo Tradicional da mesma maneira que o Partido Político está para o Mundo Moderno; que a Ordem estrutura e o Partido Político divide; que a primeira dá coesão e sentido a uma determinada comunidade e que, pelo contrário, o segundo coloca em confronto os membros da sociedade em que actua; que a Ordem encarna e defende uma determinada cosmovisão e o Partido representa uma ideologia política; que dita visão do mundo de que a Ordem é portadora é de tipo Superior (Transcendente) e que, pelo contrário, a ideologia que caracteriza o Partido costuma ser de natureza materialista; que a Ordem pretende elevar a pessoa até ao Absoluto e que, pelo contrário, o Partido pretende unicamente satisfazer as suas necessidades mais primárias; que a linha traçada pela ordem é vertical enquanto que a delineada pelo Partido é horizontal; que a Ordem pretende compreender o Ser enquanto que o Partido se circunscreve ao existir; que o olhar da primeira é ascendente enquanto que o do segundo é descendente, pois a primeira pretende – encaminhando-o em direcção ao Alto – a libertação do homem em relação a tudo o que o condiciona e escraviza e, pelo contrário, o resultado da acção do segundo acaba acorrentando ainda mais o indivíduo ao inferior – isto é, às pulsões do consumismo inerente ao modo de vida promovido pela modernidade e aos baixos instintos dissolventes do hedonismo que tem nela a sua razão de ser; que a Ordem valoriza a qualidade e o elitismo e o Partido aspira à exaltação das massas e pretende erigir-se em líder da quantidade (o seu êxito depende do número de votos obtidos); que a Ordem é coisa de minorias (constituídas por aqueles que se sabem auto-governar) enquanto que o Partido abrirá as suas portas a qualquer um (independentemente das suas aptidões, qualidades e valores); que a Ordem advogará a nobre finalidade do desenvolvimento interior dos seus mem-



Templários: Cavaleiros da Ordem do Templo

bro enquanto que única coisa que o Partido pretende destes são mesquinhas como contribuições monetárias (seja o pagamento de cotas ou doações), influências ou participação enquanto meros instrumentos para cumprir uma simples função mecânica (por exemplo, a colagem de cartazes durante uma campanha eleitoral...); que a Ordem exige aos seus membros enquanto o Partido lhes faz promessas; que a Ordem só percebe a noção de serviço enquanto o Partido apenas entende o servir-se; que a Ordem aspira a tornar-se a força animadora e o alento vital de unidades supranacionais (o *Imperium*) que tenham como pólo a Ideia (o Absoluto), e que pelo contrário o Partido não hesita em provocar a dinamitação de qualquer unidade política desde que isso lhe traga benefícios (mais poder); que a Ordem se estrutura na base dum princípio de hierarquia e que o Partido oculta os seus turvos procedimentos sob uma aparência de funcionamento democrático e fazendo do igualitarismo um dogma.

Após estas pinceladas, devemos acrescentar, que não só uma Comunidade Tradicional deve ter como coluna vertebral uma Ordem (1), mas que também qualquer aspiração de Restauração da Ordem Tradicional deve começar pela constituição de uma Ordem que se erga como primeiro e mais valioso motor

1. Como sucedeu, de modo evidente, em determinados períodos históricos como o do medieval Sacro Império Romano Germânico, durante boa parte do qual a Ordem do Templo pôde cumprir essa função a que, em todo o caso, aspirou em muito alto grau.

impulsionador de tal intento.

Julius Evola, grande defensor do Sacro Império Romano Germânico e da Ideia que este representava – a tal ponto que ficou conhecido como “o último gibelino” – compreendeu isto de maneira muito clara. Dedicou boa parte da sua vida à tentativa de constituição de uma Ordem que agrupasse todos aqueles que tivessem alcançado um notável assenhoreamento de si mesmos (que tivessem, no mínimo, alcançado altos graus de auto-domínio interior) com o fim de, em primeiro lugar, potenciar as vias iniciáticas empreendidas por ditas pessoas, em segundo lugar, transformá-la em ponta de lança na luta pela aceleração da dissolução do Mundo Moderno e, em terceiro lugar, fazer dela o suporte-base no qual se apoiaria o novo Mundo Tradicional Reencontrado e Restaurado. Estas tentativas de Evola foram já por nós comentadas no nosso escrito «Evola, homem de acção», no qual recordamos que:

«Ao longo da década de 30 e durante os primeiros anos 40, o nosso homem de acção percorre um bom número de países europeus perseguindo um objectivo principal, que não é outro que a criação de uma rede secreta na qual se implicariam os mais aptos defensores e/ou difusores da cosmovisão própria do Mundo da Tradição, alguns deles muito implicados nas vicissitudes políticas do momento. Este propósito de Evola obedecia à sua vontade de que o saber ancestral, sacro e eterno que ele se esforçava por transmitir não se limitasse ao papel e tivesse quem o conservasse com o ânimo – porque não! –, de o transplantar um dia para o plano das efectivas realizações políticas de uma futura Europa, plasmando a Tradição no ideal do *Imperium*. Esta aludida rede secreta obedecia à ideia de constituição de uma Ordem que seria o garante desse legado sapiencial e sagrado e a regedora desse desejado *Imperium*.

Apesar das trágicas vicissitudes da II Guerra Mundial, Evola nunca cedeu neste projecto de constituição de uma Ordem. É por isso que, passado muito tempo, já bem dentro dos anos 60, tinha até já escolhido aquela que segundo os seus critérios poderia ser uma pessoa muito apta (pelo seu imaculado sentido de

“O princípio hierárquico que, atendendo a critérios de auto-superação e transformação interiores, baliza a estrutura de cima a baixo origina valores tais como a fidelidade e a lealdade para com os superiores. De acordo com o exposto pode-se facilmente deduzir que o modelo de Ordem ao qual nos estamos a referir é aquele que reúne em si a “via da Acção” e a “via do Espírito”, ou, por outras palavras, o aspecto guerreiro e o ascético. Usando a expressão de José António Primo de Rivera, em dita Ordem o homem seria concebido como “metade monge, metade soldado”.

honra e fidelidade e pela sua disposição aristocrática) a tornar-se a figura dirigente desta Ordem. Foi no príncipe Valério Borghese que pensou para dirigir aquilo a que chamava a Coroa Férrea, isto é, a Ordem. Infelizmente, o falhado golpe de Estado dirigido por Borghese em 1970 frustrou este recorrente projecto de Evola.»

O princípio hierárquico que, atendendo a critérios de auto-superação e transformação interiores, baliza a estrutura de cima a baixo origina neste ente – a Ordem – como único sustento, valores tais como a fidelidade e a lealdade para com os superiores de patente superior; valores aplicáveis, igualmente, para com os camaradas de igual patente, entre os quais é também qualidade iniludível o espírito de camaradagem.

De acordo com o exposto, e tendo em vista que um dos objectivos que prosseguiria a Ordem, imersa nos acontecimentos convulsos que correm nos nossos dias, seria o de dedicar boa parte do seu trabalho à aceleração da queda da actual desordem estabelecida, pode-se facilmente deduzir que o modelo de Ordem ao qual nos estamos a referir é aquele que reúne em si a “via da Acção” e a “via do Espírito”, ou, por outras palavras, o aspecto guerreiro e o ascético. Usando a expressão de José António Primo de Rivera, em dita Ordem o homem seria concebido como “metade monge, metade soldado”.

E que fique também clara, para terminar, a ideia de que a mencionada “via da Acção” não reveste apenas a evidente faceta externa de actuação sobre o meio exterior que se pretende influenciar, mas que também implica a acção no interior do homem que procura, como meta final, a sua transfiguração ontológica e o Conhecimento do Absoluto; acção interior que constitui, pois, o veículo necessário para tornar viável a citada “via do Espírito”.

O Boletim Evoliano também está disponível na Internet:

www.boletimevoliano.pt.vu

Opinião

O fim da acção política tradicional

A nossa reflexão parte da constatação e da convicção que a política, nas suas formas habituais de participação (partidos, sindicatos, eleições...), está morta. Nada na vida de ninguém mudará aderindo a um partido, colando um cartaz ou distribuindo um folheto. Nada na vida de ninguém mudará votando. A política está a implodir porque os métodos de intervenção política são arcaicos e inadaptados ao enquadramento social actual. Torna-se hoje em dia necessário reconsiderar as formas de acção política ao mesmo tempo que se recia, entre as ruínas do desinteresse pela dedicação pessoal ao serviço da colectividade, um dinamismo individual que originará naturalmente uma reconstrução em maior escala. É bom abrir os olhos:

numa época em que o homem se degrada de uma maneira desastrosa, tanto ao nível do seu corpo como do espírito, como pode alguém pedir-lhe que invista o seu esforço por causas maiores que lhe escapam completamente? Ao destruir conscientemente o homem, o Sistema retirou-lhe toda a substância, tornando-se cada vez mais urgente inverter a tendência e iniciar o caminho da reconstrução. Recriar o homem hoje, para reconquistar o mundo amanhã! Para restabelecer uma forma certa de cidadania, ao serviço da Herança e das Tradições.

Por isso, que tipo de acção pode ser considerada? Que dispositivo deve ser colocado em funcionamento? Podemos limitar-nos a métodos políticos (legalismo eleitoral, activismo grupuscular...) que falham quase sistematicamente?

Longe de expectativas populares, a constituição de movimentos de massas organizados de maneira quase militar não corresponde a nada mais que fantasmas nostálgicos de comunistas ortodoxos ou admiradores ultrapassados do III Reich. Partidos de massas, partidos de classe, partidos de militantes, partidos de notáveis... Os partidos são de uma outra época, não interessam mais ao povo. Para mais, “os partidos estão sempre atrasados nas ideias”, já Leon Bourgeois notara com extrema precisão. Além disso, é sabido que da extrema-esquerda à extrema-direita, qualquer deriva tecnocrática e estalinista grave deixa o caminho livre aos *apparatchiks* e a um culto delirante da personalidade. Sem falar da tentação do negócio: à medida que os programas dos partidos se esvaziam, as suas contas bancárias vão enchendo, espalhando a corrupção. O que nos leva à questão: o falhanço dos

“A nossa reflexão parte da constatação e da convicção que a política, nas suas formas habituais de participação (partidos, sindicatos, eleições...), está morta. Nada na vida de ninguém mudará aderindo a um partido, colando um cartaz ou distribuindo um folheto. Nada na vida de ninguém mudará votando. A política está a implodir porque os métodos de intervenção política são arcaicos e inadaptados ao enquadramento social actual. Torna-se hoje em dia necessário reconsiderar as formas de acção política ao mesmo tempo que se recia, entre as ruínas do desinteresse pela dedicação pessoal ao serviço da colectividade, um dinamismo individual que originará naturalmente uma reconstrução em maior escala. (...) Recriar o homem hoje, para reconquistar o mundo amanhã! Para restabelecer uma forma certa de cidadania, ao serviço da Herança e das Tradições.”

partidos pode ser compensado por uma acção grupuscular de qualidade? É o bom velho mito das “minorias activistas” que modificam o curso da história por meio de revoluções...

Durante muito tempo, os pequenos chefes dos pequenos grupúsculos (tanto de extrema-esquerda como extrema-direita) tiveram o discurso hipócrita da “qualidade em vez de quantidade”, para tentar esconder de si mesmos que não tinham nem uma coisa nem outra. Enquanto alguns trocaram de camisa para se tornarem dedicados auxiliares do Sistema, outros, falhando nos meios políticos grupusculares, converteram-se aos meios religiosos e espirituais, reproduzindo os mesmos erros de sempre, à base do folclore, de rituais ridículos e ultrapassados, de sectarismo e de culto da personalidade, de inveja e ajuste de contas.

Já é tempo de entender que nada mudará o estado das coisas organizando jantares, reuniões ou solstícios de 20 pessoas. As elites elitistas ultra-grupusculares não levam a nada. As “minorias activistas” são tão minoritárias que já não conseguem ter qualquer influência, acabando tão vigiadas que ou não conseguem agir ou não encontram outra saída que não o niilismo ou o activismo delirante e sem futuro.

Longe dos movimentos sociais e das organizações políticas, longe das eleições, das representações e das manipulações, o homem é o instrumento da sua própria perda ou da sua própria libertação. Em si reside a vontade ou a fraqueza, a capacidade ou incapacidade de evolução interior e de mudança exterior.

(Traduzido a partir de um original *Reflechir et Agir* e publicado na antenna portuguesa do Novopress - <http://pt.novopress.info>)



Solstício de Inverno “Ave Solis Invicti”!

Simbolicamente, a ligação da Terra com o Sol, que é dança da vida, pode ser definida por quatro grandes momentos, dois solstícios e dois equinócios. A união desses quatro pontos, num círculo que representa a natural rotação do tempo – a sua «roda» –, projecta a imagem de uma cruz, a recta que une os equinócios cruza a que une os solstícios.

Se o Inverno é a estação da escuridão, do frio e da austeridade, o seu solstício, paradoxalmente, representa o triunfo da luz e o renascimento perpétuo. Daí em diante, depois da mais longa noite, prolongar-se-ão progressivamente os dias, crescerá o sol, e a partir desse renascimento conquistará sempre mais espaço, num percurso ascendente – «rumo ao alto».

O fogo, fonte de luz e energia, natural exaltação desse Sol Invicto – no seu combate eterno com as trevas, surge, desde os tempos ancestrais, como elemento central nos rituais dos solstícios por toda a Europa, das regiões eslavas ao extremo ibérico. Quando essa «noite mais longa» chegava era o fogo que deveria arder até que a alvorada despontasse e o abraçasse... triunfante, cumprido que estava o seu propósito: representar o revigoração interior do homem – o espírito; e a afeição à comunidade – o sangue.



**Podemos não
chegar ao cume, mas
não vamos deixar de percorrer
o caminho. Percorre-o connosco, junta-te à
*Legião Vertical!***

<http://legiaovertical.blogspot.com>